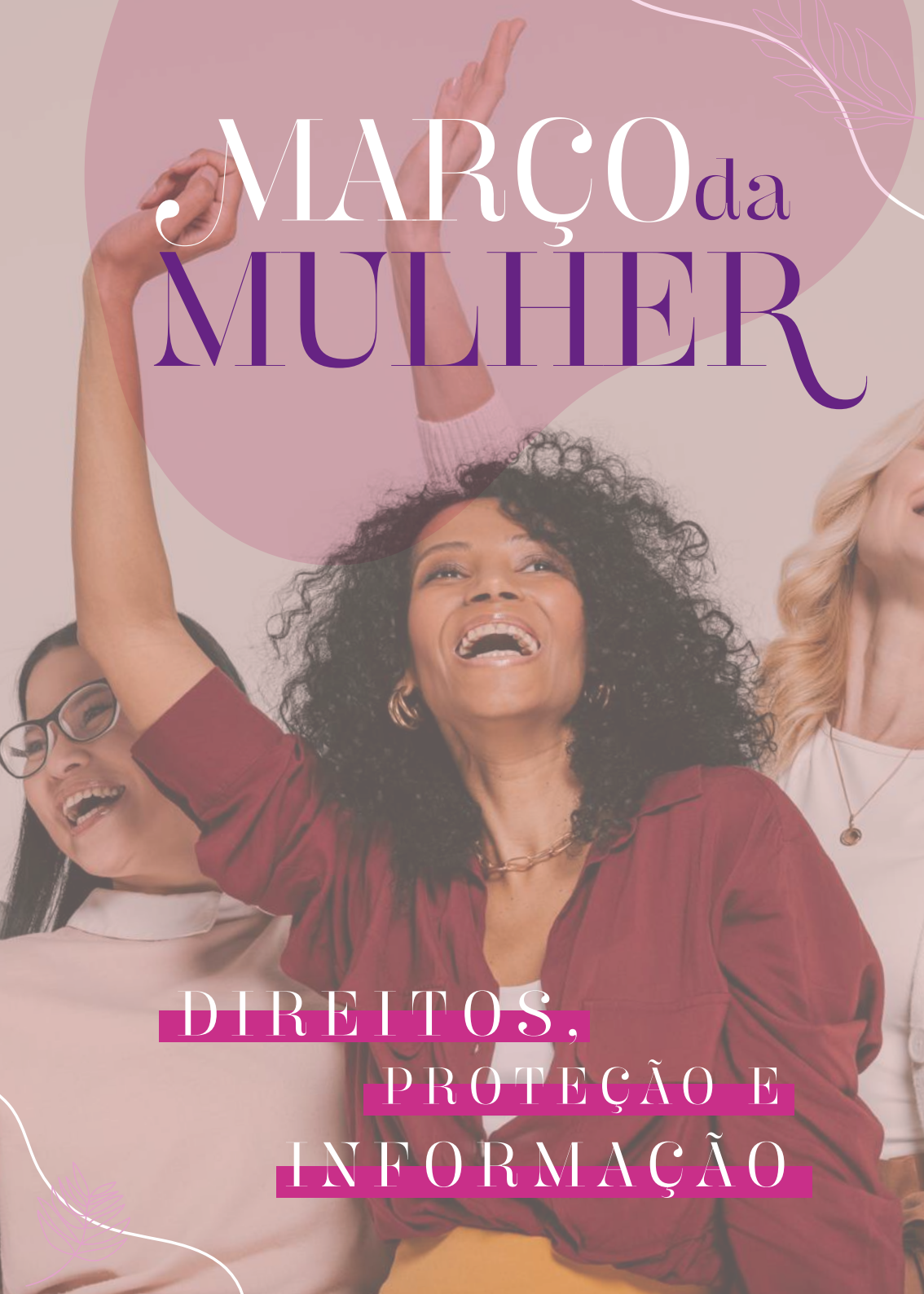


A photograph of three women from the chest up, smiling broadly with their arms raised in a celebratory gesture. The woman in the center has dark curly hair and is wearing a red button-down shirt. To her left, a woman with glasses and long dark hair is also smiling. To her right, a woman with blonde hair is partially visible. The background is a soft, out-of-focus light color. Overlaid on the image are decorative elements: a large, semi-transparent pink circle in the upper left and a white line-art leaf in the upper right.

# MARÇO da MULHER

DIREITOS,  
PROTEÇÃO E  
INFORMAÇÃO

**M**arço amplia a visibilidade das pautas relacionadas às mulheres. Mais do que um momento de reflexão, é também uma oportunidade para conhecer avanços construídos ao longo dos anos na legislação.

No Maranhão, a Assembleia Legislativa aprovou normas que tratam de temas diversos, como saúde, maternidade, proteção contra a violência, trabalho, educação e participação feminina.

Esta cartilha reúne leis estaduais, organizadas por temas, com o objetivo de apresentar o que está previsto na legislação e como essas medidas contribuem para fortalecer a proteção, a autonomia e a presença das mulheres na sociedade maranhense.

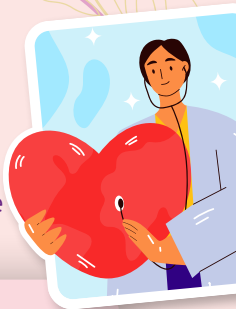
**LEI APROVADA  
É DIREITO  
RECONHECIDO.**

**Direito conhecido  
é direito exercido!**



# SAÚDE da mulher

A saúde da mulher no Maranhão é tratada de forma integral, com políticas que vão desde o planejamento reprodutivo até o suporte especializado para patologias graves e fases específicas da vida.



♦ **LEI Nº 12.255/24**

**Saúde preventiva da mulher**

Cria campanha estadual de conscientização sobre saúde preventiva da mulher, com ações informativas e atenção humanizada.

♦ **LEI Nº 11.995/23**

**Atenção integral à saúde da mulher**

Estabelece diretrizes da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação.

♦ **LEI Nº 11.921/23**

**Tratamento da endometriose e doenças relacionadas**

Institui diretrizes de programa estadual para tratamento da endometriose, com ações de orientação, divulgação e organização do atendimento.

♦ **LEI Nº 11.860/22**

**Campanha “Com o Coração de Mulher”**

Institui campanha anual para orientar sobre prevenção e diagnóstico precoce de doenças cardiovasculares em mulheres.

♦ **LEI Nº 11.835/22**

**Apoio psicológico a mulheres mastectomizadas**

Assegura assistência psicológica na rede pública estadual para mulheres que passaram por mastectomia.

♦ **LEI Nº 11.595/21**

**Mamografia móvel (Mamóvel)**

Define diretrizes para programa de mamografia por unidade móvel, voltado a ampliar o rastreamento do câncer de mama no Maranhão.

♦ **LEI Nº 11.559/21**

**Climatério e pós-climatério na rede pública**

Estabelece diretrizes para programa de qualidade de vida da mulher no climatério/pós-climatério nos serviços públicos de saúde.

♦ **LEI Nº 12.691/25**

**Contraceptivos reversíveis de longa duração**

A lei institui política que amplia o acesso gratuito a métodos contraceptivos de longa duração, como DIU e implantes, na rede pública estadual.



***Direito de escolher!***

O planejamento reprodutivo também é cuidado. Com informação, a mulher decide com mais segurança e autonomia.



# MATERNIDADE, gestação e cuidado



A maternidade deve ser vivida com segurança, dignidade e respeito às decisões da mulher. A legislação estadual reforça direitos na gestação, no parto, no puerpério e também em situações delicadas, como perdas gestacionais.

- ♦ **LEI Nº 12.673/25**

- Direitos na perda gestacional e neonatal**

- Fixa direitos e cuidados no atendimento às mulheres que sofrem perda gestacional ou neonatal na rede pública de saúde.

- ♦ **LEI Nº 12.441/24**

- Cursos para gestantes sobre cuidados e atendimentos emergenciais**

- Define diretrizes para cursos gratuitos a gestantes da rede pública sobre cuidados com crianças de 0 a 6 anos e situações emergenciais.

- ♦ **LEI Nº 12.138/23**

- Direitos da gestante, parturiente e puérpera**

- Estabelece diretrizes para a atenção integral à saúde durante gestação, parto e puerpério, com foco em cuidado humanizado e garantia de direitos.

- ♦ **LEI Nº 11.517/21**

- Atenção a gestantes e puérperas em vulnerabilidade e risco**

- Institui diretrizes para atendimento integral e intersetorial a gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade, bem como a seus filhos.

- ♦ **LEI Nº 11.519/21**

- Direitos na perda gestacional**

- Garante direitos e orientações de atendimento às mulheres que passam por perdas gestacionais na rede pública e privada de saúde.

- ♦ **LEI Nº 11.189/19**

- Proteção à gestante em concursos públicos**

- Veda discriminação contra candidatas e assegura a remarcação do teste de aptidão física em concursos públicos estaduais.

- ♦ **LEI Nº 9.507/11**

- Vagas de estacionamento para gestantes**

- Assegura a reserva de 2% das vagas em estacionamentos públicos e privados para mulheres gestantes no Maranhão.



# TRABALHO, renda e autonomia

Autonomia econômica é um dos pilares da liberdade feminina. O Maranhão possui políticas que incentivam a inclusão produtiva, empreendedorismo e igualdade no mercado de trabalho.

- ♦ **LEI Nº 12.734/25**

- Direitos das mulheres trabalhadoras do setor primário**

- Dispõe diretrizes para valorização e proteção das mulheres que atuam no setor primário, com foco em inclusão e redução de desigualdades.

- ♦ **LEI Nº 12.676/25**

- Trabalho para mulheres acima de 50 anos**

- Define diretrizes e ações para apoiar inserção e recolocação de mulheres com mais de 50 anos no mercado de trabalho.

- ♦ **LEI Nº 12.634/25**

- Valorização de pescadoras, aqüicultoras e marisqueiras**

- Institui política estadual para incentivo e valorização das atividades dessas trabalhadoras, com foco em desenvolvimento e inclusão social.

- ♦ **LEI Nº 12.622/25**

- Incentivo à participação da mulher no mercado digital**

- Estabelece diretrizes para incentivar a

inserção e participação das mulheres em atividades econômicas no ambiente digital.

- ♦ **LEI Nº 12.565/25**

- Banco de currículos para mulheres em vulnerabilidade social**

- Cria banco de currículos para facilitar inclusão social e laboral de mulheres em situações de vulnerabilidade.

- ♦ **LEI Nº 12.520/25**

- Reserva de vagas em contratos terceirizados para mulheres vítimas de violência**

- Determina cláusula de reserva de vagas em contratos públicos de serviços continuados/terceirizados para contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

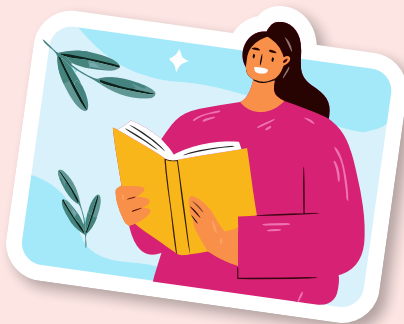
- ♦ **LEI Nº 11.410/21**

- Capacitação continuada para o mercado de trabalho**

- Define diretrizes para política estadual de formação e capacitação de mulheres, com foco em acesso e autonomia econômica.



# EDUCAÇÃO, informação e conscientização



A educação e o acesso à informação são instrumentos essenciais para a prevenção de violências, a promoção de direitos e o fortalecimento da participação feminina.

A legislação estadual institui semanas temáticas, campanhas educativas e mecanismos de produção de dados que ampliam o conhecimento sobre a realidade das mulheres e os serviços disponíveis no Maranhão.

♦ **LEI Nº 12.207/24**

**Guia da rede de atendimento a mulheres em situação de violência**

Obriga a inserção, em sites do Poder Executivo, de guia informativo com serviços públicos da rede de atendimento e medidas de enfrentamento à violência.

♦ **LEI Nº 11.188/19**

**Semana Maria da Penha nas escolas**

Cria semana anual nas escolas estaduais para orientar sobre a Lei Maria da Penha e estimular debates sobre enfrentamento à violência.

♦ **LEI Nº 11.323/20**

**Conscientização sobre violência contra a mulher nas escolas públicas**

Institui a primeira semana de setembro, para conscientização sobre violência contra a mulher nas escolas públicas.

♦ **LEI Nº 11.808/22**

**Semana de valorização de mulheres que fizeram história**

Institui semana anual na rede estadual para ações educativas e de sensibilização sobre a trajetória de mulheres na história.

♦ **LEI Nº 12.152/23**

**Relatório e diagnóstico socioeconômico anual da mulher**

Define diretrizes para criação de relatório anual com dados sociais e econômicos para subsidiar políticas públicas voltadas às mulheres.

♦ **LEI Nº 11.042/19**

**Semana Estadual de educação preventiva e enfrentamento à endometriose**

Institui semana anual em março para divulgação de informações, prevenção e apoio às mulheres com endometriose.

♦ **LEI Nº 11.990/23**

**Formulário para denúncia de violência na matrícula escolar**

Determina que escolas disponibilizem instrumento para registro/denúncia de violência contra a mulher no ato da matrícula.



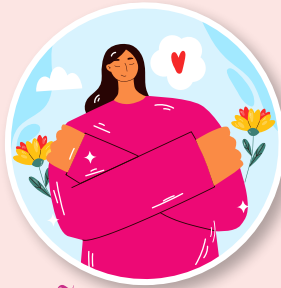
# PARTICIPAÇÃO, reconhecimento e visibilidade



A legislação estadual reconhece datas oficiais, cria e organiza instâncias como o Conselho Estadual da Mulher e estabelece instrumentos que ampliam a visibilidade feminina na política, no esporte e em diferentes áreas da vida pública no Maranhão.



- ♦ **LEI Nº 12.039/23**  
**Dia da Mulher Maranhense na Política**  
Institui data anual para incentivar participação feminina na política e ampliar presença em espaços de decisão.
- ♦ **LEI Nº 10.763/17**  
**Dia da Mulher Maranhense (11 de março)**  
Define o dia 11 de março como Dia da Mulher Maranhense.
- ♦ **LEI Nº 11.568/21**  
**Dia Estadual da Mulher Indígena (5 de setembro)**  
Institui data anual para reconhecer e valorizar a importância da mulher indígena.
- ♦ **LEI Nº 11.979/23**  
**Dia Estadual da Mulher Negra (11 de novembro)**  
Institui data anual em homenagem a Maria Firmina dos Reis.
- ♦ **LEI Nº 11.931/23**  
**Semana da Mulher Rural**  
Institui semana anual na semana do 8 de março como reconhecimento às mulheres do campo.
- ♦ **LEI Nº 10.821/18**  
**Dia da Mulher Empreendedora Maranhense (3 de novembro)**  
Institui data anual para valorização do empreendedorismo feminino.
- ♦ **LEI Nº 7.502/2000**  
**Fórum Permanente de Defesa da Mulher**  
Cria instância permanente voltada à defesa dos direitos das mulheres no Maranhão.
- ♦ **LEI Nº 7.604/2001**  
**Conselho Estadual da Mulher**  
Regulamenta o conselho responsável por orientar e acompanhar políticas públicas para mulheres.



## PROTEÇÃO, e enfrentamento à violência

A violência contra a mulher é uma realidade que atravessa o cotidiano e aparece, de forma recorrente, nos números e nos noticiários. Diante desse cenário, o enfrentamento exige ação concreta e responsabilidade pública.

No Maranhão, a legislação estadual amplia medidas de prevenção, fortalece canais de denúncia, estrutura a rede de atendimento e estabelece mecanismos de proteção e responsabilização. Combater a violência não é opção — é compromisso permanente.

### ♦ LEI Nº 12.508/25

#### **A mulher deve ser informada sobre alterações na situação do agressor**

A lei determina que mulheres em situação de violência sejam comunicadas sempre que houver mudanças como soltura, fuga ou alteração no regime de pena.

## *Direito de saber!*

Quando a vítima é avisada, ela pode reforçar sua proteção, buscar apoio da rede de atendimento e tomar medidas para preservar sua segurança.



- ♦ **LEI Nº 12.681/25**  
**Programa “Não Se Omita”**  
Institui programa com ações de prevenção e combate à violência contra a mulher e ao feminicídio.
- ♦ **LEI Nº 12.574/25**  
**Protocolo “Não se Cale”**  
Cria diretrizes para atendimento e apoio a mulheres e meninas vítimas de assédio ou violência sexual em estabelecimentos.
- ♦ **LEI Nº 12.562/25**  
**Cursos de defesa pessoal para mulheres**  
Estabelece diretrizes para cursos de defesa pessoal voltados a mulheres vítimas ou ameaçadas de violência doméstica.
- ♦ **LEI Nº 12.529/25**  
**Veda contratação de artistas que incentivem violência contra a mulher com recursos públicos**  
Proíbe uso de recursos públicos para contratar artistas cujas apresentações promovam violência contra a mulher ou exposição constrangedora.
- ♦ **LEI Nº 12.190/23**  
**Prioridade no IML para mulheres vítimas de violência**  
Estabelece prioridade no atendimento e emissão de laudos no IML para mulheres vítimas de violência.
- ♦ **LEI Nº 12.118/23**  
**Proteção de nome e imagem de vítima de feminicídio/violência**  
Proíbe que o agressor ou familiares usem nome ou imagem da vítima em divulgações.
- ♦ **LEI Nº 11.913/23**  
**Publicidade misógina/sexista e incentivo à violência sexual**  
Proíbe publicidade com conteúdo misógino, sexista ou que estimule violência sexual contra mulheres.
- ♦ **LEI Nº 11.868/22**  
**Segunda via de documentos para mulheres vítimas de violência**  
Assegura prioridade na emissão de segunda via de documentos civis para mulheres vítimas de violência doméstica.
- ♦ **LEI Nº 11.824/22**  
**Reeducação do agressor**  
Institui política voltada à prevenção da reincidência, com ações educativas e acompanhamento de autores de violência doméstica.
- ♦ **LEI Nº 11.797/22**  
**Violência contra menina e mulher com deficiência**  
Institui data e ações de conscientização e combate à violência contra menina e mulher com deficiência.
- ♦ **LEI Nº 11.746/22**  
**Transparência dos índices de violência contra a mulher**  
Determina registro e divulgação bimestral de dados sobre violência contra a mulher no Maranhão.
- ♦ **LEI Nº 11.402/20**  
**Prioridade para emissão de identidade a mulheres vítimas de violência**  
Garante prioridade de atendimento para emissão de Carteira de Identidade a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- ♦ **LEI Nº 10.935/18**  
**Campanha estadual “Quebrando o Silêncio”**  
Institui data no calendário estadual relacionada a campanha de conscientização e enfrentamento da violência.
- ♦ **LEI Nº 11.430/21**  
**Combate ao assédio em eventos culturais e esportivos**  
Institui campanha permanente de enfrentamento ao assédio e à violência contra mulheres em eventos realizados no Maranhão.
- ♦ **LEI Nº 11.354/20**  
**Impedimento para condenados por violência contra a mulher**  
Proíbe a nomeação ou contratação de pessoas condenadas por violência doméstica ou feminicídio.

# LEGISLAÇÃO, FEDERAL

Além das normas estaduais, o Brasil possui leis federais que estruturam políticas públicas, tipificam crimes e estabelecem mecanismos de proteção às mulheres. Esses marcos orientam a atuação dos estados e fortalecem a rede nacional de enfrentamento à violência e promoção de direitos.

- ♦ **LEI MARIA DA PENHA**

**Lei nº 11.340/2006**

Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas protetivas de urgência e instrumentos de responsabilização.

- ♦ **LEI DO FEMINICÍDIO**

**Lei nº 13.104/2015**

Inclui o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio quando praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

- ♦ **IMPORTUNAÇÃO SEXUAL**

**Lei nº 13.718/2018**

Tipifica a importunação sexual como crime no Código Penal.

- ♦ **VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER**

**Lei nº 14.192/2021**

Estabelece normas para prevenir e combater a violência política de gênero.

- ♦ **DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER**

**Lei nº 14.541/2023**

Dispõe sobre o funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, fortalecendo a estrutura de atendimento e proteção.

- ♦ **PRIORIDADE NO SINE PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

**Lei nº 14.542/2023**

Garante prioridade no atendimento e encaminhamento ao mercado de trabalho para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

- ♦ **IGUALDADE SALARIAL**

**Lei nº 14.611/2023**

Estabelece medidas para assegurar igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens no exercício da mesma função.

- ♦ **ALTERAÇÃO NA LEI MARIA DA PENHA**

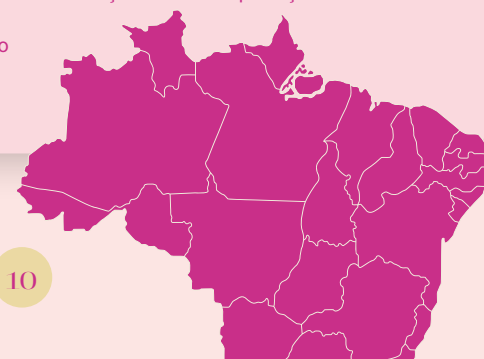
**Lei nº 15.125/2025**

Aperfeiçoa a aplicação de medidas protetivas de urgência, incluindo mecanismos de monitoramento eletrônico do agressor.

- ♦ **FORTELECIMENTO DO ENFRENTAMENTO A CRIMES SEXUAIS**

**Lei nº 15.280/2025**

Amplia instrumentos de proteção e responsabilização em crimes sexuais e reforça medidas de proteção às vítimas.



# REDE DE APOIO E CANAIS DE ATENDIMENTO

No Maranhão, existe uma rede estruturada para acolher, orientar, proteger e encaminhar mulheres em situação de vulnerabilidade.

## EMERGÊNCIA

### 190 - Polícia Militar

Atendimento imediato em situação de risco.

### 180 - Central de Atendimento à Mulher (24h, gratuito)

Orienta, registra denúncias e encaminha para a rede de proteção.

📞 **WhatsApp:** (61) 99610-0180

## MEDIDA PROTETIVA ON-LINE

### •Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Pedido de Medida Protetiva de Urgência pode ser feito pela internet. Plataforma oficial do TJMA.

## ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - SÃO LUÍS

### •Casa da Mulher Brasileira

Atendimento integrado com serviços de segurança, Justiça e assistência.  
Av. Prof. Carlos Cunha, 572 - Jaracaty - São Luís/MA

📞 **WhatsApp:** (98) 9100-6166

### •Delegacia Especial da Mulher

☎ **Telefones:** (98) 3214-8649 / 3214-8651 / 3214-8647

📞 **WhatsApp:** (98) 99187-6622

## ORIENTAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL

### Defensoria Pública do Estado do Maranhão

•**Violência contra a mulher** (Casa da Mulher Brasileira):

☎ (98) 99242-0137

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - OUVIDORIA DA MULHER

Disque 127

☎ (98) 3219-1738

📞 **WhatsApp:** (98) 99133-4615

ouvidoriadamulher@mpma.mp.br

## SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMU)

☎ **Ouvidoria:** (98) 98427-1002 / (98) 98427-3681

## PROCURADORIA DA MULHER

•**Assembleia Legislativa do Maranhão**

☎ (98) 3269-3000 / 3269-3001

*Em caso de  
Risco,*

busque ajuda imediatamente!





#### REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO (ALEMA).  
Portal da Legislação.

BRASIL. Presidência da República. Portal da Legislação Federal.  
PROCURADORIA DA MULHER – ALEMA.